



JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA

DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PB-DTI)

ANEXO Nº 6182021

TERMOS DE AUTORIZAÇÕES E CONSENTIMENTOS

(timbre da empresa contratada)

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO RETENÇÃO CAUTELAR E PAGAMENTO
DIRETO DE VALORES REFERENTES À REMUNERAÇÃO E DEMAIS OBRIGAÇÕES
TRABALHISTAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº /20__ - JFPB
CONTRATO Nº /20__ - JFPB**

AUTORIZAMOS, expressa e previamente, para todos os fins de direito, que a Administração da Justiça Federal na Paraíba proceda à retenção cautelar e ao depósito direto, nas respectivas contas bancárias dos empregados terceirizados, de valores relativos à remuneração e demais verbas trabalhistas, sempre que haja falha ou descumprimento de tais obrigações, até posterior regularização.

_____/____, ____ de _____ de 20__.

(NOME DA EMPRESA CONTRATADA)
(NOME E CPF DO RESPONSÁVEL LEGAL)

(timbre da empresa contratada)

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO RETENÇÃO CAUTELAR E PAGAMENTO
DIRETO DE VALORES REFERENTES AO FGTS E AS CONTRIBUIÇÕES
PREVIDENCIÁRIAS**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº /20__ - JFPB
CONTRATO Nº /20__ - JFPB

AUTORIZAMOS, expressa e previamente, para todos os fins de direito, que a Justiça Federal na Paraíba, constatado o inadimplemento de obrigações relativas ao FGTS ou às contribuições previdenciárias referentes aos empregados vinculados ao contrato, retenha cautelarmente dos pagamentos devidos à Contratada os valores correspondentes e os utilize para o recolhimento dessas obrigações, mediante as guias emitidas pela Contratada e observados os procedimentos aplicáveis.

_____/ __, __ de _____ de 20 __.

(NOME DA EMPRESA CONTRATADA)
(NOME E CPF DO RESPONSÁVEL LEGAL)

(timbre da empresa contratada)

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE RETENÇÃO OU EXECUÇÃO DA
GARANTIA CONTRATUAL PARA PAGAMENTO VERBAS RESCISÓRIAS PENDENTES**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº /20__ - JFPB
CONTRATO Nº /20__ - JFPB

AUTORIZAMOS, expressa e previamente, para todos os fins de direito, que a Administração da Justiça Federal na Paraíba proceda à retenção ou execução da garantia para fins de pagamentos de verbas rescisórias pendentes, nos termos estabelecidos prevista no **subitem 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG Nº 05/2017**.

_____/ __, __ de _____ de 20 __.

(NOME DA EMPRESA CONTRATADA)
(NOME E CPF DO RESPONSÁVEL LEGAL)

(timbre da empresa contratada)

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO RETENÇÃO MENSAL
(CONTINGENCIAMENTO) DE VERBAS PROVISIONAIS E DEPÓSITO NA CONTA-
DEPÓSITO VINCULADA e de acesso e movimentação da conta vinculada**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº /20__ - JFPB
CONTRATO Nº /20__ - JFPB**

AUTORIZAMOS, expressa e previamente, para todos os fins de direito, que a Justiça Federal na Paraíba retenha mensalmente das faturas e deposite na Conta-Depósito Vinculada nº _____, agência _____, aberta em nome da Contratada, os valores correspondentes às provisões para 13º salário, férias e respectivo terço constitucional, multa do FGTS por dispensa sem justa causa e encargos incidentes sobre o 13º salário, as férias e o terço constitucional, conforme os critérios previstos no Termo de Referência e no ANEXO IX - Mecanismos para garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e de fgts (SEI nº 6143005);

AUTORIZAMOS, ainda, o(s) servidor(es) indicado(s) pela Administração da Justiça Federal na Paraíba a solicitar os saldos, extratos e a realizar a movimentação de tal conta, para fins de controle e gestão da execução do contrato em tela.

_____/____, ____ de _____ de 20 ____.

(NOME DA EMPRESA CONTRATADA)
(NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL - CPF)

(timbre da empresa contratada)

TERMO DE CIÊNCIA SOBRE O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

(Profissionais terceirizados alocados à Central de Serviços de TI da Justiça Federal na Paraíba)

Profissional: _____

CPF: _____ **Empresa contratada:** _____

Função: _____ **Telefone:** _____

E-mail: _____

A Justiça Federal na Paraíba (JFPB) informa ao profissional identificado acima que tratará os dados pessoais necessários às seguintes finalidades:

- 1) credenciamento e controle de acesso às suas dependências, incluindo emissão de crachá e registro de entrada e saída;
- 2) segurança de pessoas e do patrimônio, incluindo identificação e monitoramento por câmeras;
- 3) gestão e fiscalização dos serviços de atendimento e suporte técnico aos usuários de TIC;
- 4) comunicações operacionais e emergenciais relacionadas aos serviços ou à segurança; e
- 5) cumprimento das obrigações legais e regulatórias aplicáveis à contratação.

1. Dados tratados. Conforme a necessidade de cada finalidade, poderão ser tratados dados de identificação, dados profissionais e de contato, registros de acesso e circulação e imagens captadas por câmeras de segurança.

2. Bases legais. O tratamento necessário ao cumprimento de obrigações legais ou regulatórias e à fiscalização contratual fundamenta-se no art. 7º, II, da Lei nº 13.709/2018. O controle de acesso, a segurança e as comunicações operacionais observarão a base legal aplicável a cada operação, inclusive o art. 7º, IX, da mesma Lei, quando cabível e atendidos seus requisitos. A assinatura deste termo comprova ciência e não constitui consentimento para o tratamento dos dados.

3. Compartilhamento. Os dados poderão ser compartilhados, na medida necessária às finalidades informadas, com a empresa contratada, autoridades públicas competentes e órgãos de controle e fiscalização, observadas as respectivas atribuições legais.

4. Direitos do titular. O profissional poderá solicitar confirmação do tratamento, acesso e correção de seus dados, informações sobre compartilhamento e exercer os demais direitos previstos na LGPD, observadas as condições legais. Os pedidos poderão ser encaminhados ao encarregado pelo tratamento de dados pessoais da JFPB pelo e-mail encarregado_lgpd@jfpb.jus.br.

5. Conservação e segurança. Os dados serão conservados pelo período necessário às finalidades informadas e aos prazos legais de guarda. A JFPB adotará medidas técnicas e administrativas para protegê-los contra acesso não autorizado e tratamento inadequado ou ilícito.

Declaro que recebi as informações acima e tomei ciência do tratamento de meus dados pessoais para as finalidades indicadas.

_____/PB, ____ de _____ de 20__.

Profissional (nome e assinatura)

Representante da Contratada (ciência)

Gestor contratual (recebimento)



Documento assinado eletronicamente por **HUGO ANDRADE CORREIA LIMA FILHO, DIRETOR DE DIVISÃO**, em 07/10/2026, às 15:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE ARAÚJO VALENÇA, TÉCNICO JUDICIÁRIO/ ADMINISTRATIVA**, em 07/10/2026, às 16:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNNA DE SOUZA ALBUQUERQUE, SUPERVISOR(A) DE SEÇÃO**, em 07/10/2026, às 16:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **WALTER CAVALCANTI DE AZEVEDO JUNIOR, SUPERVISOR(A) DE SEÇÃO**, em 08/10/2026, às 08:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6182021** e o código CRC **CEBC94F3**.